

Programa mais educação: análise das produções acadêmicas

“More education” program: analysis of academic production

Cláudia da Mota Darós Parente¹
Raquel Nakamura Almeida Prado²

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo apresentar o estado da arte das produções acadêmicas sobre o Programa Mais Educação, ação do Ministério da Educação destinada à ampliação da jornada escolar. A pesquisa foi realizada por meio de buscas no Banco de Teses da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), considerando-se as informações disponíveis relativas aos anos de 2011 e 2012. O levantamento indicou a existência de 19 teses e dissertações produzidas sobre o Programa Mais Educação no período especificado, concentrando-se em oito temáticas: concepções e práticas educativas do programa; impactos do programa no rendimento escolar dos alunos; representações sociais sobre o programa; práticas de leitura e escrita nas oficinas do programa; o programa e as novas demandas para a gestão escolar; perfil docente e formação de professores que atuam no programa; a contribuição do programa na disseminação da cultura digital; a contribuição do programa para a erradicação do trabalho infantil. O presente artigo traz colaborações para a sistematização dos estudos sobre o Programa Mais Educação e para a formulação e implementação de políticas de educação integral em tempo integral.

Palavras-chave: Educação Integral. Estado da Arte. Programas Educacionais.

Abstract

This study aims to present the state of the art of academic productions about the “More Education” Program, the action of the National Department of Education aimed at expanding the school day. The research was conducted by searching on the Theses Bank of CAPES, considering the information available for the years 2011 and 2012. The research indicated

¹ Professora Assistente da Universidade Estadual Paulista (Unesp), Campus Marília, Departamento de Administração e Supervisão Escolar (DASE); Pedagoga pela Universidade de São Paulo (USP), Mestre e Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)

² Pedagoga pela Universidade Estadual Paulista (Unesp). Médica Veterinária pela FAEF. Contato: claudiadaros@marilia.unesp.br

the existence of 19 theses and dissertations produced about the “More Education” Program in the specified period, focusing on eight themes: conceptions and educational practices of the program; impacts of the program on school performance of students; social representations about the program; reading and writing practices in the workshops of the program; the program and the new demands for school management; teacher profile and training of teachers who work in the program; the program’s contribution in the dissemination of the digital culture; the program’s contribution to the eradication of the child labor. This article contributes to the systematization of studies about “More Education” Program and the formulation and implementation of integral and full-time education policies.

Keywords: Full-time Education. State of the Art. Educational Programs.

Introdução

O Programa Mais Educação é um programa federal instituído pela Portaria Interministerial nº 17, de 24/04/2007, envolvendo os Ministérios da Educação, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, do Esporte e da Cultura. Seu objetivo é “[...] contribuir para a formação integral de crianças, adolescentes e jovens, por meio da articulação de ações, de projetos e de programas do Governo Federal (...)”. (BRASIL, 2007, Art. 1º). São finalidades do Programa: ampliação do tempo e do espaço educativo, melhoria do rendimento e aproveitamento escolar, combate ao trabalho infantil, promoção de formas de expressão nas linguagens artísticas, literárias e estéticas, estímulo a práticas esportivas, aproximação entre escola, famílias e comunidades. Assim, o Programa Mais Educação é considerado “uma estratégia do Governo Federal para induzir a ampliação da jornada escolar e a organização curricular, na perspectiva da Educação Integral”. (BRASIL, 2012, p. 3).

Historicamente, o Brasil optou por uma escola com jornada escolar reduzida. A Lei de Diretrizes e Bases, Lei nº 9.394/1996, faz referência à jornada mínima de 4 horas diárias, indicando sua progressiva ampliação. (BRASIL, 1996). A Lei nº 13.006/2014, ao aprovar o Plano Nacional de Educação, estabelece como meta a oferta de

educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos (as) alunos (as) da educação básica. (BRASIL, 2014).

Nesse esforço nacional de ampliação das matrículas e dos estabelecimentos de ensino que funcionam em tempo integral, a participação do Programa Mais

Educação tem sido considerável. É um programa que atinge todos os estados brasileiros. Resultados de um estudo que analisa a contribuição do Programa Mais Educação no cumprimento da meta do Plano Nacional de Educação mostram que os 4.117 estabelecimentos públicos de ensino fundamental que participavam do Programa Mais Educação, em 2012, representavam 16% dos estabelecimentos públicos com matrículas em tempo integral no ensino fundamental público. No que se refere às matrículas, o Programa representava 22%. (PARENTE, 2014).

De modo geral, as escolas que participam do Programa Mais Educação recebem recursos para realização de atividades no contraturno. Embora existam inúmeras diferenças no processo de implementação do Programa Mais Educação nos diversos entes federativos e mesmo nas unidades escolares, os recursos recebidos pelas escolas auxiliam na compra de materiais para realização das oficinas e ressarcimento de voluntários responsáveis pelo desenvolvimento das atividades no contraturno.

Criado em 2007, passou a ser implementado a partir de 2008. (BRASIL, 2007; 2010). A partir de então, pesquisadores começaram a ter uma preocupação em analisar sua formulação e implementação sob diferentes perspectivas. O objetivo do presente trabalho é justamente apresentar o estado da arte das produções acadêmicas sobre o Programa Mais Educação, ação do Ministério da Educação destinada à ampliação da jornada escolar.

A produção acadêmica sobre o Programa Mais Educação

O estado da arte sobre a temática da educação integral já foi alvo de trabalhos acadêmicos, a exemplo de Ribetto e Maurício (2009, p. 138) que mapearam revistas, livros, dissertações e teses sobre a escola pública de horário integral. No levantamento realizado, as autoras consideraram “[...] expressões relacionadas à ampliação de turno escolar, como escola de horário/tempo integral ou jornada escolar”, além de “[...] nomes que as escolas receberam ou os programas que lhes deram origem, como: CIEP ou PEE; CIAC, CAIC ou PRONAICA; CEI e PROFIC” e, por fim, “[...] nome de ações específicas (...) animação cultural, estudo dirigido ou aluno residente”.

Como resultado do estado na arte, no que se refere às teses e dissertações, no estudo citado:

Foram encontradas 43 dissertações e 11 teses relativas ao tema escola de horário integral. As buscas foram feitas no banco de teses da Capes e nos sítios de universidades localizadas em Estados brasileiros que tiveram experiências de implantação

dessa proposta de escola. Sobre as teses, sete foram defendidas no Rio de Janeiro, três em São Paulo e uma nos Estados Unidos, entre 1990 e 2002. As dissertações começaram em 1988 e se estenderam até 2008, espalhando-se em sete Estados e na França. (RIBETTO; MAURÍCIO, 2009, p. 138).

Para este estudo, optou-se por fazer uma busca no Banco de Teses da Capes – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, concentrando-se naquelas que focalizam o Programa Mais Educação.

Primeiramente foi realizada uma pesquisa exploratória no Banco de Teses da Capes sobre termos relacionados à educação integral em tempo integral, quais sejam: tempo integral, jornada escolar ampliada, jornada ampliada, ampliação da jornada escolar, escola em tempo integral, escola integral, *full time school*, *jornada completa*, Programa Mais Educação. Com base nos resultados da pesquisa exploratória, foram pré-selecionados os resumos de Teses e Dissertações que realmente faziam menção à temática. Desses estudos, foram selecionadas as produções acadêmicas sobre o Programa Mais Educação defendidas no período de 2011 e 2012.

A pesquisa no Banco de Teses da Capes identificou 19 produções acadêmicas entre Teses de Doutorado e Dissertações de Mestrado sobre o Programa Mais Educação. Esses trabalhos foram defendidos e produzidos em 08 estados brasileiros. O estado do Rio de Janeiro apresentou cinco produções acadêmicas, seguido pelo estado da Bahia e pelo Distrito Federal, com três produções cada. Os estados da Paraíba, do Rio Grande do Sul e de São Paulo apresentaram duas produções cada. Já os estados do Ceará e de Goiás apresentaram um trabalho cada. (Gráfico 1).

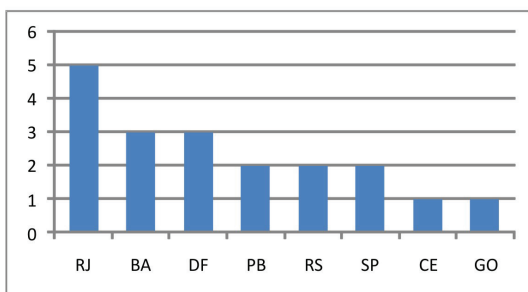


Gráfico 1 - Produções Acadêmicas sobre o Programa Mais Educação por unidade da federação – Brasil - 2016.

Fonte: Capes, 2016. Organizado pelas autoras.

A região Sudeste foi a que teve maior concentração de trabalhos acadêmicos, totalizando 07; a região Nordeste produziu 06; a Centro-Oeste, 4, e a região Sul produziu 2 trabalhos acadêmicos. Não houve produções acadêmicas na região Norte sobre o Programa Mais Educação, conforme os critérios utilizados neste estudo. (Gráfico 2)

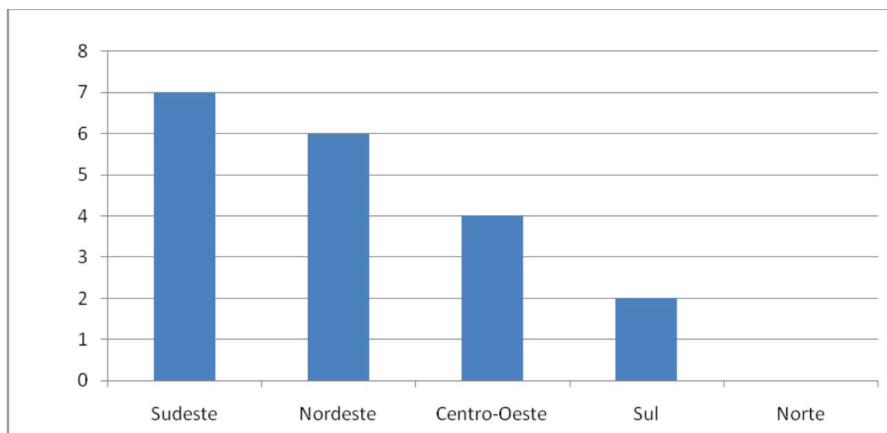


Gráfico 2 - Produções Acadêmicas sobre o Programa Mais Educação por região – Brasil - 2016.

Fonte: Capes, 2016. Organizado pelas autoras.

As produções acadêmicas encontradas, relativas aos anos de 2011 e 2012, congregavam: 5 trabalhos defendidos no ano de 2011 (4 Dissertações de Mestrado e 01 Tese de Doutorado) e 14 trabalhos defendidos no ano de 2012 (13 Dissertações de Mestrado e 01 Tese de Doutorado). Os resultados mostram o crescimento das produções acadêmicas no período analisado, o que demonstra o interesse da academia em analisar um programa que se mostrava em processo de expansão no período analisado. (Gráfico 3)

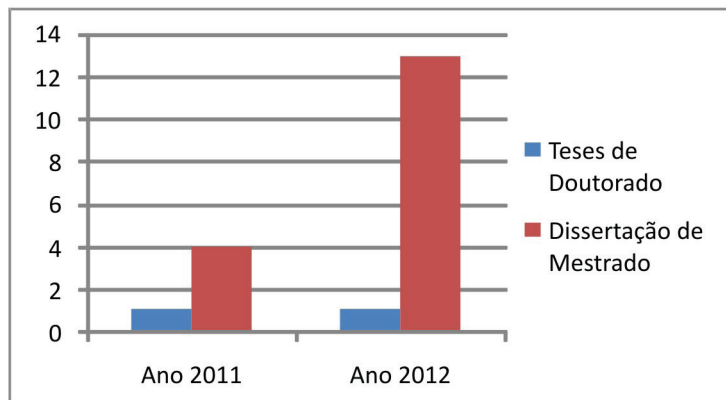


Gráfico 3 - Produções Acadêmicas sobre o Programa Mais Educação por ano de defesa – 2016.

Fonte: Capes, 2016. Organizado pelas autoras.

No que se refere à área das produções acadêmicas, a pesquisa identificou a existência de: 14 dissertações e teses na área de Educação, 01 na área de Economia do Desenvolvimento, 01 na área de Educação Brasileira, 01 na área de Educação e Contemporaneidade, 01 na área de Língua e Cultura e 01 na área de Políticas Públicas, Estratégia e Desenvolvimento. (Quadro 1)

Quadro 1 - Produções Acadêmicas sobre o Programa Mais Educação por área – 2016.

Quantidade	Área
14	Educação
01	Economia do Desenvolvimento
01	Educação Brasileira
01	Educação e Contemporaneidade
01	Língua e Cultura
01	Políticas Públicas, Estratégia e Desenvolvimento

Fonte: Capes, 2016. Organizado pelas autoras.

As produções acadêmicas analisadas foram defendidas em 14 instituições diferentes, sendo 08 públicas (6 federais e 2 estaduais) e 06 particulares. A Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio) foi a instituição de

educação superior que mais produziu trabalhos acadêmicos sobre o Programa Mais Educação, com três produções. Isso pode ser explicado em virtude da instituição congregar um dos importantes grupos de pesquisa sobre a temática: o Núcleo de Estudos Tempos, Espaços e Educação Integral (NEEPHI). Além disso, a referida instituição possui pesquisadores que estudam especificamente a educação integral, a exemplo de Menezes (2012), orientadora de dois trabalhos e Coelho (2012), orientadora de um dos trabalhos analisados neste estudo. (Quadro 2)

Quadro 2 - Produções Acadêmicas sobre o Programa Mais Educação, conforme a instituição e a área – 2016.

Quantidade	Instituição
3	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - Unirio
2	Universidade de Brasília - UnB
2	Universidade Federal da Paraíba - UFPB
2	Universidade Federal da Bahia - UFBA
1	Centro Universitário La Salle - Unilassale
1	Centro Universitário Moura Lacerda
1	Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC Goiás
1	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUCSP
1	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS
1	Universidade Católica de Brasília - UCB
1	Universidade do Estado da Bahia - Uneb
1	Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ
1	Universidade Federal do Ceará - UFC
1	Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

Fonte: Capes, 2016. Organizado pelas autoras.

Após a análise dos resumos no Banco de Teses da Capes, obteve-se acesso às produções acadêmicas na íntegra por meio de pesquisa eletrônica nas instituições de ensino nas quais as produções foram defendidas³.

A análise das 19 produções acadêmicas encontradas sobre o Programa Mais Educação possibilitou a sua classificação em oito temáticas principais: 07 trabalhos dedicaram-se à análise das concepções do programa; 03 investigaram os impactos do programa no desempenho escolar dos alunos; 03 trabalhos

³ Com exceção do trabalho de Gomes (2011).

analisaram as representações sociais sobre o programa; 02 trabalhos analisaram a contribuição do programa para a disseminação da cultura digital. Sobre as temáticas a seguir, foi encontrado um trabalho de cada: práticas de leitura e escrita nas oficinas do programa; o programa e as novas demandas para a gestão escolar; perfil docente e formação de professores que atuam no programa; a contribuição do programa para a erradicação do trabalho Infantil. (Quadro 3)

Quadro 3 - Produções acadêmicas sobre o Programa Mais Educação por temática – 2016.

Temática	Autor/Trabalho	Quant.
Análise das concepções do programa	FELIX, Maria Ivonete Ferreira. <i>O Programa Mais Educação no contexto de crise estrutural do capital: um estudo à luz da centralidade ontológica do trabalho.</i>	7
	KLEIN, Tiago Pavinato. <i>O Programa Mais Educação como articulador de políticas educacionais e culturais: a experiência de uma escola de Esteio, RS.</i>	
	SABOYA, Marta Gonçalves Franco de. <i>Programa Mais uma proposta de educação integral e suas orientações curriculares.</i>	
	MATOS, Sheila Cristina Monteiro. <i>Programa Mais Educação/Mais Escola: avanços e desafios na prática educativa em Duque de Caxias.</i>	
	SILVA, Nubia Rejaine Ferreira. <i>Escola de tempo integral: relação entre o Programa Mais Educação e propostas de educação pública integral do estado de Goiás.</i>	
	MIGUEL, Ana Silvia Bergantini. <i>Educação integral e as políticas públicas curriculares de ampliação do tempo escolar: uma análise do município de Bebedouro (SP).</i>	
	VASCONCELOS, Rosylane Doris de. <i>As políticas públicas de educação integral, a escola unitária e a formação onilateral.</i>	

Impactos do programa no desempenho escolar dos alunos	GODOY, Claudia Marcia de Oliveira. <i>Programa Mais Educação: mais do mesmo? Um estudo sobre a efetividade do programa na rede municipal de São Luis-MA.</i>	3
	PEREIRA, Guilherme Costa. <i>Uma avaliação de impacto do Programa Mais Educação no Ensino Fundamental.</i>	
	XERXENEVSKY, LAUREN LEWIS. <i>Programa Mais Educação: avaliação do impacto da educação integral no desempenho de alunos no Rio Grande do Sul.</i>	
Representações sociais sobre o programa	BARROS, Emilia Cristina Ferreira de. <i>Uma investigação sobre o ficar na escola o dia todo sentidos da escola de tempo integral na vivência de alunos de uma escola estadual.</i>	3
	LE MOS, Ruth Willna Ferreira de. <i>Escola de Tempo Integral: um estudo da dimensão subjetiva com pais e Alunos</i>	
	GOMES, Estela Paula Campos Moreira. <i>Programa Mais Educação: representações sociais de professores e monitores nas escolas do município de São Gonçalo.</i>	
Contribuição do programa para a disseminação da cultura digital	FERREIRA, Felipe da Silva. <i>Cultura digital: ampliando janelas para mais educação?</i>	2
	OLIVEIRA, Rosa Meire Carvalho de. <i>As novas geografias das culturas, conhecimentos e aprendizagens: ampliando relações entre o território e o desterritório</i>	
Práticas de Leitura e escrita nas oficinas do programa	COSTA, Juliana de Almeida. <i>Práticas de leitura e de escrita nas oficinas de letramento do projeto mais educação: um olhar sobre a ação docente</i>	1
O Programa Mais Educação e as novas demandas para a gestão escolar	FERREIRA, Cristiane Gomes. <i>O Programa Mais Educação na perspectiva da gestão escolar: a dinâmica da tomada de decisão e a gestão participativa</i>	1
Perfil docente e formação de professores que atuam no Programa	FERREIRA, Jaime Ricardo. <i>O Programa Mais Educação: as repercussões da formação docente na prática escolar</i>	1
A contribuição do Programa Mais Educação para a erradicação do trabalho Infantil	SOUZA, Maria Elizabete Costa de. <i>Mais tempo na escola, menos tempo no trabalho: articulação entre políticas sociais e educacionais no combate ao trabalho infantil</i>	1

Fonte: Capes, 2016. Organizado pelas autoras.

A seguir, serão analisados os trabalhos com base nas oito temáticas. Pretende-se identificar as principais contribuições das produções acadêmicas no processo de análise do Programa Mais Educação, verificando as preocupações da academia ao tratá-lo como objeto de estudo. Além disso, a análise das produções pretende captar em que medida tais estudos auxiliam na identificação do cumprimento dos objetivos presentes nos enunciados do programa.

Concepções do Programa Mais Educação e de suas relações com outras propostas e políticas educacionais

Entre as preocupações dos estudos que se debruçam sobre a análise de políticas e programas educacionais está aquela que focaliza suas concepções. Esse tipo de preocupação procura identificar os pressupostos teóricos que justificam a política, suas estratégias e seu escopo.

Dos sete trabalhos que se enquadram nessa categoria, três focalizaram o programa como eixo central da discussão e quatro trabalhos analisaram o programa de forma articulada a outras ações ou políticas no âmbito de diferentes esferas governamentais.

O trabalho de Felix (2012) baseou-se em uma visão marxista e teve como objetivo observar a relação da proposta da Educação Integral - que tem o intuito de educar o aluno além do aspecto cognitivo, atingindo a integralidade do indivíduo - com o Programa Mais Educação. A autora conclui que o programa, como proposta de melhorar a qualidade de ensino, parece contraditório quando não modifica a realidade material das escolas. Para a autora, esse programa só seria possível numa sociedade comunista, liberta e emancipada, pois o formato do programa acaba conformando a pedagogia do capital, impregnando a gestão da escola da gestão empresarial.

Os estudos de Klein (2012) retratam a articulação da escola com a cultura, mostrando como o Programa Mais Educação pode contribuir para a geração de oportunidades aos alunos que dele participam propiciando acesso à cultura e transformando a escola em um local que possibilita a democratização da cultura. O autor questiona-se sobre as possibilidades de transformação social dos alunos a partir das atividades culturais promovidas pelo programa. A pesquisa foi desenvolvida a partir da experiência do pesquisador em uma escola municipal de Esteio, estado do Rio Grande do Sul.

Saboya (2012) apresenta uma análise do conceito de educação integral existente no Programa Mais Educação, tomando-se como referência sua

implementação no município de Niterói. Com base nesse estudo, os resultados da autora apontaram que há preocupações com os sujeitos que desenvolvem as atividades no contraturno, pois são universitários e educadores sociais, contudo nem todos estão preparados para a realização das atividades instituídas pelo programa, cujo foco é a formação do aluno-humano-cidadão. O estudo indica que as professoras regentes não atuam diretamente com as atividades que ocorrem no contraturno, dificultando assim a integração com os monitores, o que irá refletir na formação integral desses alunos. Outra limitação para a implementação do programa está relacionada à falta de estrutura física para desenvolvimento das atividades com os alunos.

Entre os estudos que analisam as concepções do Programa Mais Educação articulado a outros programas/ações, está o trabalho de Matos (2011), cujo objetivo foi analisar as práticas educativas presentes durante a implementação do Programa Mais Educação e do Programa Mais Escola em uma escola municipal de Duque de Caxias, estado do Rio de Janeiro. A autora apontou resultados positivos com a implementação dos programas, tais como melhoria da autoestima, do interesse e do desempenho dos alunos. Como desafios, a autora aponta o diálogo entre professores e monitores, a melhoria da estrutura física da escola e a ampliação do programa para todos os alunos da escola.

O trabalho de Silva (2011) teve como objetivo analisar as relações entre as propostas de educação integral do Programa Mais Educação, da rede estadual de Goiás e da rede municipal de ensino de Goiânia. A autora conclui que não há clara articulação entre as propostas e destaca a relevância dada às mesmas para a ampliação da jornada escolar, questionando até que ponto isso é positivo, tendo em vista que há problemas sérios de infraestrutura e falta de uma proposta pedagógica que justifique a ampliação do tempo escolar.

Já a autora Miguel (2012) teve como objetivo pesquisar as políticas públicas curriculares das escolas de ensino fundamental e os reflexos das políticas públicas federais e estaduais nas políticas de ampliação escolar no município de Bebedouro, estado de São Paulo. Em seu trabalho, concluiu que há uma estreita relação entre a criação das escolas desse município com as escolas de tempo integral ao longo da trajetória educacional das escolas brasileiras. A proposta do município rompe com o modelo tradicional, permitindo a flexibilização quanto ao tempo e espaço escolar.

A análise dos trabalhos acadêmicos apresentados sugere a existência de um grande desafio em relação à formulação e implementação da educação integral em tempo integral e que o Programa Mais Educação, como um dos caminhos

criados para alcançar este objetivo, tem inúmeras limitações para atender a esse desafio. Por outro lado, tendo em vista as concepções do Programa e suas inúmeras possibilidades de implementação, pode trazer algumas contribuições na construção de algumas políticas no âmbito das diferentes esferas de governo. No entanto, será necessário romper com algumas barreiras materiais existentes no âmbito das escolas e dos novos territórios educativos, o que tem impedido a construção de currículos mais integrados e mais sensíveis a um projeto de educação integral em tempo integral.

Impacto do Programa Mais Educação no desempenho escolar dos alunos

O estado da arte indicou a existência de três produções que investigaram os possíveis impactos do Programa Mais Educação no rendimento escolar dos alunos. Seus respectivos autores desenvolveram análises sobre três contextos diferentes: estado de Minas Gerais, estado do Rio Grande do Sul e município de São Luis, no Maranhão.

Xerxenevsky (2012), ao avaliar o impacto do Programa Mais Educação entre 2008 e 2009 nas notas médias de português e matemática das escolas públicas do Rio Grande do Sul, na Prova Brasil 2009, concluiu que, em relação à média de português, houve um resultado positivo, principalmente em escolas que adotaram o programa no ano de 2008, pois puderam ter um maior planejamento e adequação do programa em relação às escolas que adotaram o PME no ano de 2009. Por outro lado, quanto ao desempenho em matemática, não apresentou resultado positivo. O estudo enfatiza que o programa não garante que haja interação das atividades/oficinas com a disciplina de matemática. Além disso, uma hipótese da autora no que se refere ao impacto negativo do programa em relação à matemática se dá pelo fato de que o PME abrange alunos que provavelmente estariam fora da escola se não fosse pelo programa, retendo-os na escola. Esses alunos poderiam apresentar os piores desempenhos em relação à disciplina e, ao realizarem a prova com outros alunos que não apresentam baixos desempenhos em relação à matemática, diminuiu a nota geral. Contudo, se por um lado o PME não apresenta impacto positivo em relação ao desempenho em matemática, por outro, ele contribuiu para a diminuição da evasão escolar.

Pereira (2011), em seu estudo mostra que, com o Programa Mais Educação, não houve melhoria para as notas de português e matemática ou uma maior taxa de aprovação. Por outro lado, assim como Xerxenevsky (2012), há uma menor taxa de evasão escolar com a sua implementação.

O mesmo pode ser observado no trabalho de Godoy (2012), cujos resultados indicaram que também não houve melhorias nos rendimentos dos alunos assistidos pelo programa e, conforme a autora, este fato pode estar vinculado a um mau planejamento e monitoramento do programa pelo gestor da escola, além de problemas enfrentados pelas instituições, tais como falta de estrutura física, profissionais mal preparados e/ou muitas vezes desmotivados.

A partir da análise dos três trabalhos é importante destacar que, para muitos pesquisadores e gestores, o questionamento sobre a relevância da ampliação da jornada escolar no desempenho escolar tem sido recorrente. Em que medida as políticas de ampliação da jornada escolar produzem melhorias no rendimento escolar dos alunos?

Primeiramente devem-se ressaltar alguns limites da metodologia de avaliação de impacto que se utiliza de avaliações em larga escala e, portanto, limitam o conceito tanto de rendimento escolar – centrado em língua portuguesa e matemática – como de qualidade educacional, pois não consegue captar as nuances das mudanças curriculares e dos efeitos das políticas de ampliação do tempo escolar na formação integral do aluno.

Em pesquisas com esse tipo de objetivo e de metodologia, há o pressuposto de que programas de ampliação da jornada escolar, necessariamente, tenham o objetivo de melhoria do desempenho escolar do aluno. É importante considerar que programas como o Mais Educação buscam produzir uma nova perspectiva para o currículo escolar, incluindo aspectos relacionados à arte, à cultura, ao esporte, etc. Avaliá-lo, portanto, apenas por meio de instrumentos que captam o desempenho do aluno em língua portuguesa e matemática, é impedir que sejam apreendidos outros elementos que compõem o significado extenso do que seja qualidade da educação e do que seja educação integral. É preciso pensar em outras formas de avaliação de programas na área de educação, cujo objetivo seja a melhoria da qualidade da educação e da formação do aluno nos mais diferentes aspectos.

Representações sociais sobre o Programa Mais Educação

No âmbito da política educacional é visível o quanto as representações sociais podem qualificar e/ou desqualificar uma ação. Isso é mais forte no caso de políticas que não foram formuladas com a participação dos implementadores. A depender de como a política foi apresentada a determinado grupo, pode haver resistências ou um bom nível de aceitação.

Lemos (2012) buscou captar as falas de pais e alunos sobre a escola em tempo integral, tomando-se com referência o Programa Mais Educação. De acordo com a autora, a pesquisa permitiu observar que os pais e os alunos veem a escola como um local seguro, protegendo o aluno e mantendo-o longe da marginalidade, proporcionando assim um melhor aprendizado quando comparado à outra escola que não tem o programa. Mas ao pesquisar mais a fundo sobre essa visão da escola, a autora observou que a qualidade e a importância do programa para eles parecem ser vagas.

A pesquisa de Barros (2012) focalizou a análise de imagens de alunos sobre “ficar na escola o dia todo”. Tais imagens mostraram que há discursos contrapostos de satisfações e insatisfações entre os alunos. Muitos enxergam a escola como local de aprisionamento, gerando insatisfação e tristeza; outros têm sentimentos confusos, ora ficam felizes, ora tristes, e outros apresentam imagens de contentamento e esperança de propostas que tragam melhoria para a educação.

O trabalho de Gomes (2011) teve como objetivo analisar as representações sociais de professores e monitores sobre o Programa Mais Educação tomando-se como referência a experiência de escolas do município de São Gonçalo, estado do Rio de Janeiro.⁴

As representações sociais sobre o Programa Mais Educação não são consensuais. Há diferentes visões e perspectivas a respeito da educação integral, do tempo integral e de programas que têm como objetivo a ampliação do tempo escolar, a exemplo do Programa Mais Educação. São percepções que se relacionam, por vezes, com a concepção de educação, de escola, de professor e de aluno. Portanto, as representações negativas a respeito do Programa Mais Educação refletem em grande medida os desencontros, os desgastes e as incongruências da escola na atual sociedade brasileira. Já as representações sociais positivas a respeito do Programa veem nele uma possibilidade de mudança ou de minimização dos efeitos que a sociedade produz na escola.

Contribuição do Programa Mais Educação na difusão da cultura digital

A pesquisa de Oliveira (2011) preocupou-se em analisar a ampliação dos territórios educativos e de sua relação com as tecnologias de informação e

⁴ Esta foi a única produção acadêmica que não tivemos acesso na íntegra e, por isso, não foi possível uma análise dos resultados encontrados pela autora.

comunicação. Em virtude disso, analisa o Projeto Cidades Educadoras, a ONG Centro Popular de Cultura e Desenvolvimento (CPCD) e o Programa Mais Educação, já que se constituem em ações que buscam ampliar os tempos, os espaços e as fronteiras educativas. A pesquisadora defende que a ampliação dos territórios educativos e as propostas de formação integral do ser humano devem articular-se às potencialidades da cultura digital.

Por sua vez, o trabalho de Ferreira, F. S. (2012) foi realizado com o objetivo de observar se a cultura digital é facilitadora ou não dos processos educacionais. Em sua pesquisa de campo, o pesquisador teve a possibilidade de comparar dois grupos de escolas do município de Nova Friburgo, estado do Rio de Janeiro: um grupo de escolas que selecionou o macrocampo Cultura Digital e outro que não selecionou o referido macrocampo na adesão ao programa. Por meio de análise de entrevistas com diferentes sujeitos das escolas, o pesquisador concluiu que a cultura digital pode ou não ser facilitadora dos processos de ensino e aprendizagem, a depender dos diferentes sujeitos e das relações que estabelece com as tecnologias disponíveis em cada ambiente escolar.

Os trabalhos citados mostram a preocupação dos pesquisadores com o espaço da cultura digital nos novos processos e espaços educativos (inclusive virtuais) que vêm sendo disseminados atualmente por meio de programas educacionais, a exemplo do Programa Mais Educação, e como podem contribuir para que os processos educativos tragam uma formação integral para ser o humano.

O Programa Mais Educação e as novas demandas para a gestão escolar

O trabalho de Ferreira, C. G. (2012) teve como objetivo investigar como acontece a participação da comunidade escolar na tomada de decisões na gestão de escolas públicas municipais de Salvador, estado da Bahia, a partir da implementação do Programa Mais Educação. A pesquisa identificou que, no processo de tomada de decisão, a gestão participativa ainda acontece de forma centralizada. A implementação do Programa Mais Educação tornou a gestão escolar mais complexa, aumentando o fluxo de trabalho em todas as áreas da escola e demandando da comunidade escolar um melhor planejamento.

A gestão escolar recebeu nas últimas décadas uma centralidade maior no contexto mais amplo da gestão educacional, tendo em vista os argumentos em favor da descentralização, da participação e da autonomia da comunidade escolar. O desenho do Programa Mais Educação demanda uma série de

decisões a serem tomadas no âmbito da escola. É preciso atentar para os riscos dessa configuração, para que os resultados positivos ou negativos não sejam interpretados como decorrentes das decisões apenas no âmbito da escola, já que são decisões, na maioria das vezes, dependentes de opções político-pedagógicas definidas anteriormente em instâncias superiores e que se somam aos interesses, necessidades e possibilidades dos sujeitos da escola.

O Programa Mais Educação e a formação docente

Ferreira, J. R. (2012), em seu estudo, teve como objetivo investigar a formação inicial e continuada do professor que está envolvido com o Programa Mais Educação, a fim de verificar como o perfil docente pode contribuir para a superação de obstáculos durante a sua implementação na escola. Conclui que a formação inicial não é suficiente para a atuação do professor na educação integral, exigindo que cada um busque constante aperfeiçoamento profissional para uma (re)estruturação pedagógica, o que permitiria uma conexão dos novos com os antigos saberes.

O trabalho citado ilustra o quanto a temática da educação integral ainda está ausente nos currículos de formação de professores. Muitos ingressam na profissão sem saber das tentativas históricas na área ou mesmo dos aspectos político-legais que vêm impulsionando a formulação de propostas de educação integral em tempo integral. Com isso, muitos chegam à prática com dificuldades de refletir e construir propostas pedagógicas que fortaleçam a integração entre a educação integral e o tempo integral.

O Programa Mais Educação e sua contribuição para a diminuição do trabalho infantil

O trabalho de Souza (2012) tem como objetivo analisar os pressupostos do Programa Mais Educação e do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e como se configuram como estratégias para retirar a criança do mundo do trabalho. Como resultado de sua pesquisa, a autora mostrou que, apesar de o programa inserir a criança por mais tempo dentro do ambiente escolar, isso não tem significado sua exclusão total do mundo do trabalho, pois o programa não incide diretamente na raiz do problema: a desigualdade social.

O trabalho citado remete à necessidade de refletir sobre dois aspectos: as necessidades da população em relação à educação e a formulação de políticas públicas que, em seus objetivos, contemplem as necessidades da população.

Isto porque são recorrentes as críticas às políticas educacionais que se articulam a outras políticas sociais, muitas delas caracterizadas de assistencialistas. De forma mais específica, muitas críticas são lançadas a programas que tenham entre seus objetivos minimizar a vulnerabilidade social. Por outro lado, há que se pensar que as políticas públicas são a própria ação do Estado num determinado momento histórico e que a alteração da estrutura social, política e econômica vigente requer mudanças nas próprias concepções e papéis do Estado.

O Programa Mais Educação e as Práticas de Leitura e Escrita

Costa (2012), em seu trabalho, teve como objetivo analisar a relação do Programa Mais Educação com os trabalhos de leitura e escrita durante as oficinas de letramento, identificando as estratégias adotadas pelos monitores. Obteve como resultado que a leitura é pouco explorada e motivada durante as oficinas e as monitoras responsáveis não adotam estratégias e planejamento para a realização do trabalho, o que é compreendido como aspecto negativo. Por isso, é importante a formação dos docentes, a fim de que possam executar seu trabalho de forma mais eficaz e satisfatória, atendendo às necessidades dos alunos.

O trabalho citado remete à necessidade de pensar os objetivos da ampliação da jornada escolar, ou seja, no novo currículo construído em função de uma nova jornada: o que fazer nesse tempo a mais? Além disso, remete à necessidade de refletir sobre os profissionais que irão trabalhar nesse novo currículo: quais profissionais ingressarão nesse novo projeto educativo? De qual formação necessitam?

Considerações Finais

A realização de estudos que focalizam o estado da arte pode auxiliar pesquisadores a identificar lacunas em relação à determinada temática. O presente estudo sistematizou algumas contribuições das produções acadêmicas no que se refere ao Programa Mais Educação, apontando as principais preocupações dos pesquisadores ao selecionarem o programa como objeto de estudo.

O Programa Mais Educação tem uma trajetória de implementação marcada por momentos de expansão e mais recentemente por momentos por incertezas e de redução no atendimento. Não sendo um programa universal, sempre esteve associado a critérios específicos de adesão e repasse de recursos, de modo a

priorizar determinado grupo de escolas revestidas de certas especificidades, geralmente, mais necessitadas.

Por suas características não universalizantes, portanto, pairam elementos seletivos que se associam às características das políticas sociais presentes numa sociedade capitalista, ou seja, dependentes das políticas econômicas. Além disso, seu formato, embora articulado a concepções progressistas, a exemplo da gestão intersetorial e dos territórios educativos, infelizmente se efetivou em meio a medidas restritivas, insuficientes para dar conta de muitos de seus pressupostos relacionados à educação integral. Justamente por isso, muitos trabalhos fazem a crítica ao programa em virtude de ser mais uma ação que não rompe com as estruturas sociais e econômicas vigentes. Em contrapartida, outros pesquisadores preocuparam-se em, justamente, identificar as possibilidades que o programa proporciona àqueles que o implementam, principalmente, em termos de ampliação de oportunidades educativas.

O estado da arte do Programa Mais Educação possibilitou analisar as críticas e os benefícios desta ação governamental que atinge todas as regiões brasileiras, em muitas das quais, foi e ainda é a única ação de ampliação da jornada escolar. Por isso, o estudo traz contribuições não apenas para um olhar mais sistematizado das pesquisas que tiveram como foco o Programa Mais Educação, mas também em termos de políticas públicas, de modo a contribuir para as reflexões sobre a educação integral em tempo integral.

Referências

BRASIL. Presidência da República. *Lei nº 9.394*, de 20 de dezembro 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996.

Disponível em: <<https://goo.gl/gwFnQC>>. Acesso em: 15 jun. 2016.

_____. Ministério da Educação. *Portaria Interministerial n. 17*, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa Mais Educação, que visa fomentar a educação integral de crianças, adolescentes e jovens, por meio do apoio a atividades sócio-educativas no contraturno escolar. Brasília, 2007. Disponível em: <<https://goo.gl/084tjs>>. Acesso em: 15 jun. 2016.

_____. Presidência da República. *Decreto nº 7.083*, de 27 de janeiro de 2010. Dispõe sobre o Programa Mais Educação. Brasília, 2010. Disponível em: <<https://goo.gl/G8p0s0>>. Acesso em: 15 jun. 2016.

_____. Ministério da Educação. *Manual Operacional de Educação Integral*. Brasília, 2012.

_____. *Lei nº 13.005*, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília, 2014. Disponível em: <<https://goo.gl/w0rWYa>>. Acesso em: 15 jun. 2016.

BARROS, Emília Cristina Ferreira de. *Sentidos da escola de tempo integral na vivência de alunos de uma escola estadual: uma investigação sobre o ficar na escola o dia todo*. 2012. 120 f. Dissertação (Mestrado em Educação)- Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. Banco de Teses & Dissertações. Disponível em: <<https://goo.gl/ztrmzX>>. Acesso em: 20 maio 2016.

COSTA, Juliana de Almeida. *Práticas de Leitura e de Escrita nas Oficinas de Letramento do Projeto Mais Educação: um olhar sobre a ação docente*. 2012. 102 f. Dissertação (Mestrado em Língua e Cultura)- Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

COELHO, Ligia Martha Coimbra da Costa. Alunos no Ensino Fundamental, ampliação da jornada escolar e Educação Integral. *Educar em Revista*, Curitiba, n. 45, p. 73-89, jul./set. 2012.

FELIX, Maria Ivonete Ferreira. *O Programa Mais Educação no contexto de crise estrutural do capital: um estudo à luz da centralidade ontológica do trabalho*. 2012. 121 f. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.

FERREIRA, Cristiane Gomes. *O Programa Mais Educação na Perspectiva da Gestão Escolar: a dinâmica da tomada de decisão e a gestão participativa*. 2012. 137 f. Dissertação (Mestrado em Educação e Contemporaneidade) - Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2012.

FERREIRA, Felipe da Silva. *Cultura Digital: ampliando janelas para mais educação?* 2012. 2012. 110 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

FERREIRA, Jaime Ricardo. *O Programa Mais Educação: as repercussões da formação docente na prática escolar*. 2012. 149 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

GODOY, Cláudia Márcia de Oliveira. *Programa Mais Educação: mais do mesmo? Um estudo sobre a efetividade do programa na rede municipal de São Luis-MA*. 2012. 134 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2012.

GOMES, Estela Paula Campos Moreira. *Programa Mais Educação: representações sociais de professores e monitores nas escolas do município*

de São Gonçalo. 2011. 113 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2011.

KLEIN, Tiago Pavinato. *O Programa Mais Educação como articulador de políticas educacionais e culturais: a experiência de uma escola de Esteio*, RS. 2012. 120 f. Dissertação (Mestrado em Educação)- Centro Universitário La Salle, Canoas, 2012.

LEMOS, Ruth Willna Ferreira de. *Escola de Tempo Integral: um estudo da dimensão subjetiva com pais e alunos*. 2012. 145 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

MATOS, Sheila Cristina Monteiro. *Programa Mais Educação/Mais Escola: avanços e desafios na prática educativa em Duque de Caxias*. 2011. 141 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

MENEZES, Janaina Specht da Silva. Educação em tempo integral: direito e financiamento. *Educar em Revista*, Curitiba, n. 45, p. 137-152, set. 2012.

MIGUEL, Ana Silvia Bergantini. *Educação Integral e as Políticas Públicas Curriculares de Ampliação do Tempo Escolar: uma análise do município de Bebedouro (SP)*. 2012. 162 f. Dissertação (Mestrado em Educação)- Centro Universitário Moura Lacerda, Ribeirão Preto, 2012.

OLIVEIRA, Rosa Meire Carvalho de. *As novas geografias das culturas, conhecimentos e aprendizagens: ampliando relações entre o território e o desterritório*. 2011. 240 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

PARENTE, Cláudia da Mota Darós. Educação em tempo integral e Programa Mais Educação: aproximações e distanciamentos das regiões brasileiras em relação à meta prevista do projeto de lei do novo Plano Nacional de Educação (PNE). *Revista Contrapontos*, Itajaí, v. 14, n. 3, p. 618-633, set./dez. 2014.

Disponível em: < <https://goo.gl/5wwpAh>>. Acesso em: 15 jun. 2016.

PEREIRA, Guilherme Costa. *Uma avaliação de impacto do Programa Mais Educação no ensino fundamental*. 2011. 96 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas, Estratégia e Desenvolvimento)- Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

RIBETTO, Anelice; MAURÍCIO, Lúcia Velloso. Duas décadas de educação em tempo integral: dissertações, teses, artigos e capítulos de livros. *Em Aberto*, Brasília, v. 22, n. 80, p. 137-160, abr. 2009. Disponível em: < <http://goo.gl/mB7GOA>>. Acesso em: 15 jun. 2016.

SABOYA, Marta Goncalves Franco de. *Programa Mais Educação: uma*

proposta de educação integral e suas orientações curriculares. 2012. 166 f. Dissertação (Mestrado em Educação)- Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

SILVA, Nubia Rejaine Ferreira. *Escola de tempo integral: relação entre o Programa Mais Educação e propostas de educação pública integral do estado de Goiás e município de Goiânia (2007-2010)*. 2011. 126 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2011.

SOUZA, Maria Elizabete Costa de. *Mais tempo na escola, menos tempo no trabalho: articulação entre políticas sociais e educacionais no combate ao trabalho infantil*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

VASCONCELOS, Rosylane Doris de. *As políticas públicas de educação integral, a escola unitária e a formação onilateral*. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

XERXENEVSKY, Lauren Lewis. *Programa Mais Educação: avaliação do impacto da educação integral no desempenho de alunos no Rio Grande do Sul*. Dissertação (Mestrado em Economia do Desenvolvimento) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

Recebido em: 15/06/2016

Aprovado em: 30/08/2016